

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

CONSELHO EDITORIAL

M. F. DO NASCIMENTO BRITO
Presidente

WILSON FIGUEIREDO
Vice-Presidente

REDAÇÃO

MARCELO PONTES
Editor

PAULO TOTTI
Editor Executivo

MARCELO BERABA
Editor Executivo

ORIVALDO PERIN
Secretário de Redação

SÉRGIO RÊGO MONTEIRO
Diretor

EDGAR LISBOA
Diretor Agência JB

Toque de Austeridade

Quando o deputado Antônio Kandir assumiu o Ministério do Planejamento fez um longo discurso que toda a mídia resumiu nesta mensagem curta: "austeridade, austeridade, austeridade". As três palavras pregadas pelo ministro reverberaram intensamente, pois todo o país esperava que sua ênfase retórica se transformasse em contraponto para as âncoras monetária e cambial, bravamente defendidas pelo Ministério da Fazenda como garantias do Plano Real.

Passado o tempo, o discurso do ministro do Planejamento tornou-se desenvolvimentista. Ele tem se dedicado a reuniões para fomentar a idéia de que uma Terceira Onda de crescimento está, de fato, no horizonte. É bom cultivar o otimismo num país onde a auto-estima fraqueja, deixando-se vencer por maculadas demonstrações de ceticismo ou cansaço precoce. O Brasil já foi movido, no passado, por planos e projetos que funcionaram como bandeiras. Getúlio Vargas prometeu industrializar o Brasil. Juscelino Kubitschek lançou um Plano de Metas e prometeu fazer 50 anos em 5. São épocas que marcaram a história.

Para que o desenvolvimentismo do ministro Kandir ganhe consistência, contudo, é preciso que não se perca de vista o que pode solapar a estabilidade e trazer de volta a inflação. O governo trabalha com a hipótese de déficit de 3,5% do PIB este ano, porém os dados recentes não são animadores. Ainda quando no mês de julho passado o Tesouro tenha registrado superávit de R\$ 544 milhões, de janeiro a julho o desequilíbrio entre receitas e despesas da União elevou-se a R\$ 5,4 bilhões, contra R\$ 799 milhões no mesmo período do ano anterior.

Os gastos da União com salários e encargos subiram de 3,4% do PIB em 1987 para 6,1% no ano passado. Leve-se ainda em conta que os pagamentos aos inativos vêm crescendo a uma taxa que é o dobro da taxa de crescimento dos pagamentos aos funcionários em atividade. Estima-se que somente a Previdência terá este ano um déficit de R\$ 5 bilhões.

Tudo isso acontece num cenário onde cerca de 65% dos funcionários ativos recebem entre R\$ 500 e R\$ 1.500. Como o perfil médio de renda do funcionalismo é baixo, isso obviamente se reflete na qualidade dos serviços prestados à população. Como elevar os salários dos funcionários mais dedicados e eficientes sem uma reforma administrativa capaz de premiar a produtividade? Máquinas públicas ineficientes terminam contaminando toda a economia.

O que esses dados expõem é, na verdade, o profundo descompasso entre o país que admite sonhar com cinquenta anos de prosperidade nos limites do mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, sacando contra o otimismo deflagrado pelo Plano Real, e outro, à imagem e semelhança de Brasília, que sufoca o progresso em redomas do passado.

Enquanto o preço do ajuste é pago pelos trabalhadores na iniciativa privada, a máquina burocrática da União, das estatais, dos estados e municípios paira olímpicamente acima de qualquer tentativa de modernização. Não há, nessas circunstâncias, como ignorar os protestos de quem paga a conta e vai votar nas próximas eleições. Nem em Buenos Aires, nem no ABC paulista, nem no Rio, cidades que têm povo, massa.

Os exercícios de otimismo do ministro Kandir carecem, portanto, de um trabalho sincronizado com a pasta do ministro Bresser Pereira, combinado com propostas que transmitam ao público a impressão de consistência em todos os níveis da administração federal. Eliminar, por exemplo, o ICMS na exportação por conta da emissão de títulos públicos para cobrir a perda de receita dos estados não será medida inócua em relação às taxas de juros e ao endividamento interno.

A medida é certa para levantar as exportações. Mas essa alavancagem seria muito mais consistente no plano macroeconômico se fosse apoiada por medidas vigorosas, capazes de reduzir gastos, custos, encargos, atacando de frente toda a parafernália do chamado custo Brasil. A consistência de um plano de desenvolvimento depende do aumento da produtividade em todos os níveis.

O discurso desenvolvimentista deve, portanto, se apoiar numa vigorosa retomada das privatizações, acompanhada por medidas que estimulem a capitalização das empresas e a modernização do Estado.

É preciso, também, recuperar o discurso da capitalização dirigido às empresas privadas, num país estressado por altos custos financeiros. Antes de assumir o seu posto o ministro Kandir disparou sinais consistentes, acendendo esperanças de que a estabilização proporcionada pelo Real iria, afinal, abrir uma nova estrada para as sociedades anônimas. Terá se esquecido? É preciso recuperar o norte aparentemente perdido, deixando claro que ele não poderá ser atingido apenas pela retórica do crescimento pelo crescimento, mas por um conjunto coerente de medidas que afaste os fantasmas do distante espelho argentino.